

TERMO DE REFERÊNCIA

PLANEJAMENTO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 359/2021

DATA	ÓRGÃO SOLICITANTE	Nº DA UNIDADE DE COMPRA
01/02/2022	PMMG	1259999

1. OBJETIVO E NORMAS DE REFERÊNCIA

1.1. O presente termo de referência tem por objetivo fixar exigências e especificações técnicas para aquisição de Fuzil de assalto calibre 7,62x51mm NATO e Mira Optrônica, sob demanda, futura e eventual, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste documento.

Busca-se dotar a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) de armamento moderno, duradouro, eficiente, seguro e adequado ao serviço de polícia ostensiva, visando a preservação da ordem pública e capaz de atender as demandas institucionais em suas diversas realidades operacionais.

1.2. Para os Fuzis serão observadas as seguintes normas referenciais:

1.2.1. AC/225(LG/3-SG/1) D/14;

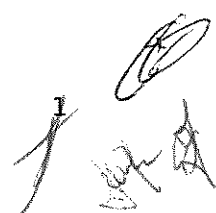
1.2.2. MIL STD 1913;

1.2.3. TOP-3-2-045.

1.3 Para as Miras serão observadas a seguinte norma referencial:

1.3.1. MIL- STD-810 G.

ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO SIAD	QUANT.	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	DESCRIÇÃO DO ITEM NO CATMAS
1	1844610	1.706	Unidade	FUZIL - FUNCIONAMENTO: AUTOMÁTICO E SEMI AUTOMÁTICO; MATÉRIA-PRIMA: AÇO CARBONO, POLÍMERO, ALUMÍNIO AERONÁUTICO; CALIBRE: 7,62 X 51MM NATO; CORONHA: ESTENDIDA/REBATIDA; CAPACIDADE DE TIRO: ENTRE 550 E 890 TIROS POR MINUTO; ACABAMENTO: OXIDADO, FOSFATIZADO, ANODIZADO, PINTADO; TIPO: PORTÁTIL.



ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO SIAD	QUANT.	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	DESCRIÇÃO DO ITEM NO CATMAS
2	1844601	1.735	Unidade	MIRA PARA ARMAS DE PORTE - IDENTIFICAÇÃO: SISTEMA DE MIRA OPTRÔNICA COM PONTO MÁXIMO 2 MOA; MATÉRIA-PRIMA: ALUMINO TIPO AERONÁUTICO; ACABAMENTO: COR PRETA NÃO REFLETIVA; FUNCIONAMENTO: HOLOGRÁFICO OU REFLEXO; RESISTÊNCIA: A INTEMPÉRIES E SUBMERSÍVEL ATE 10M EM ÁGUA; MONTAGEM: TRILHO PICATINNY PADRÃO MIL STD-1913; AMPLIAÇÃO: 1X; CERTIFICAÇÃO: MIL- STD-810 G; ALIMENTAÇÃO: PILHAS AAA OU AA, ADMITINDO-SE SIMILAR DE QUALIDADE SUPERIOR.

2. CARACTERÍSTICAS DO FUZIL

2.1. Designação:

2.1.1. Fuzil de assalto calibre 7,62 x 51 mm NATO;

2.2. Classificação:

2.2.1. Portátil;

2.2.2. Emprego individual;

2.3. Sistema de operação:

2.3.1. Construído na plataforma ACR (*Adaptive Combat Rifle*), com os seguintes requisitos:

2.3.1.1. Modularidade;

2.3.1.2. Possibilidade de troca de cano;

2.3.1.3. Ambidestralidade completa dos sistemas e mecanismos do armamento;

2.3.1.4. *Over the beach* – capacidade de realizar disparos após submersão em água;

2.3.2. Regime de tiro automático e semiautomático;

2.3.3. Cadência de tiro automático entre 550 – 890 tpm (tiros por minuto);

2.3.4. Funcionamento por ação indireta dos gases, com êmbolo/pistão;

2.4. Alimentação:

2.4.1. Carregador tipo cofre, bifilar, produzido em material metálico ou polímero, com capacidade mínima de 20 (vinte) cartuchos;

2.5. Cano:

2.5.1. Confeccionado em processo de martelamento a frio;

2.5.2. Acabamento da alma em cromo;

2.5.3. Comprimento do cano de, no mínimo, 15” (quinze polegadas);

2.5.4. Passo de raizamento: não inferior a 1:11, nem superior a 1:12;

2.5.5. Vida útil do cano 20.000 (vinte mil) disparos;

2.5.6. Possibilidade de acoplamento de supressor de ruídos (destacável) com sistema de fixação rápida (*Quick Connect*), que cumpra os requisitos da NATO Standard AEP-4785 Ed A Version 1;

2.6. Aparelho de pontaria:

2.6.1. Sistema de pontaria com alça e massa de mira com *tritium*;

2.6.1.1. Alça de mira mecânica ajustável, que possibilite correções em azimute;

2.7. Outros Dados:

2.7.1. Peso máximo, sem carregador e acessórios, 4.200 gramas (quatro mil e duzentas gramas);

2.7.2. Comprimento máximo com a coronha aberta (estendida) 980 (novecentos e oitenta) mm;

2.7.3. Comprimento máximo com a coronha rebatida 730 (setecentos e trinta) mm;

2.7.4. Alcance mínimo de utilização: 500 (quinhentos) metros;

2.7.5. Acabamento das partes metálicas, deverão ser resistentes a intempéries (incluindo as climáticas extremas); rusticidade de manipulação e transporte; condições adversas; oxidações, abrasões e choques; anti-refletivo; resistente a agentes químicos/minerais, sem quaisquer aditivos depreciativos em sua constituição ou construção, conforme previsto na norma AC/225(LG/3-SG/1)D/14;

2.7.6. Suporte para bandoleira anterior e posterior, confeccionado em aço ou alumínio aeronáutico;

2.7.7. Empunhadura em material sintético (polímero) preto;

2.7.8. Coronha telescópica e rebatível;

2.8. Com o propósito de minimizar o tempo de inoperância decorrente de manutenções por eventuais danos, deverão ser entregues no percentual de 15% (quinze por cento) peças de reposição do total de armas adquiridas.

3. MECANISMOS DE SEGURANÇA

3.1. Tecla acionada por ação muscular do atirador com 3 (três) posições:

3.1.1. Travada;

3.1.2. Intermitente;

3.1.3. Automático (rajada);

3.2. Mecanismo de liberação do carregador (retém) por botão ambidestro acionado por ação muscular do atirador;

3.3. Funcionamento apenas com o ferrolho fechado;

3.4. Sistema que impeça a percussão da espoleta com o ferrolho destrancado.

3.5. ACESSÓRIOS

3.5.1. Bandoleira dotada de mosquetões e passadores em aço, com possibilidade de utilização em ambos os lados (ambidestra) para todas as armas;

3.5.2. Trilhos, *picatinny* ou MIL STD 1913, na parte superior (integral) - sistema *flat top*, inferior e laterais do guarda-mão, presente em todas as armas;

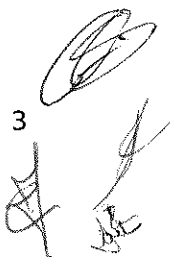
3.5.3. 10 (dez) carregadores por arma, todos sem numeração;

3.5.4. Conjunto de limpeza para todas as armas;

3.5.5. Mira mecânica *Flip-up* com *tritium* para todas as armas;

3.5.6. Grip frontal para todas as armas.

3



4. EXIGÊNCIAS

- 4.1. Identificações nos termos da Portaria nº 60 – COLOG, de 15 de abril de 2020;
- 4.1.1. Numeração externa com cunhagem na caixa da culatra;
- 4.1.2. Brasões da PMMG, da República Federativa do Brasil e do Estado de Minas Gerais, gravados no ferrolho, com o nome por extenso do órgão adquirente ou por sua sigla, quando o espaço disponível não for suficiente, conforme estabelecido no edital quanto à localização e forma de gravação;
- 4.2. Logotipo do fabricante cunhado ou a laser;
- 4.3. Toda numeração obrigatória estipulada pelo CMB deverá ser confeccionada e posicionada de forma que seja resistente a danos por queda, choque contra anteparos, abrasão de outras superfícies duras, intempéries, sendo tal marcação, garantidamente visível e de qualidade, durante a vida útil da arma, levando-se em conta as características do serviço policial;
- 4.4. O armamento deverá possuir elementos de identificação sigilosos para fins de conferência, controle e rastreabilidade, nas seguintes conformidades:
- 4.4.1. **Códigos criptografados alfanuméricos**, impressos em locais distintos da arma, a serem determinados pelo CMB, antes do recebimento definitivo;
- 4.4.1.1. A relação contendo os códigos será fornecida pela Administração, devidamente vinculados aos respectivos números das armas em data anterior a fabricação total armamento;
- 4.4.2. **Dispositivo eletrônico passivo de identificação por rádio frequência**, do tipo *chip Rádio-Frequency Identification* (RFID), que possibilite a leitura de códigos para identificação da numeração da arma, por meio de *scanner*, na eventualidade das marcações (sigilosas e de segurança) terem sido suprimidas por qualquer meio.
- 4.4.2.1. As informações e/ou detalhes específicos da localização do RFID, serão tratados em contrato com cláusula de sigilo entre o fabricante e o CMB;
- 4.5. A fim de viabilizar a leitura das informações sigilosas descritas no subitem 4.4.2 retro, deverá ser fornecido pelo fabricante, um equipamento *scanner* compatível a leitura do *chip de RFID*, que será usado única e exclusivamente para este fim.

5. CARACTERÍSTICAS DA MIRA:

- 5.1. Designação;
- 5.2. Nomenclatura mira optrônica.
- 5.3. Classificação;
- 5.4. Tipo acessório de arma;
- 5.5. Emprego individual;
- 5.6. Funcionamento holográfico ou reflexo;
- 5.7. Deverá obedecer a qualificação técnica MIL- STD-810 G;
- 5.8. À prova d'água, submersível até 10 (dez) metros e resistente a intempéries;
- 5.9. Deverá obedecer a qualificação técnica MIL- STD-810 G, **“MINIMAMENTE”**, nos seguintes quesitos:
- 5.9.1. Imerssion: Método 512.5, **no mínimo a 10 metros**;
- 5.9.2. Vibration: Método 514.6;
- 5.9.3. Shock: Método 516.6;
- 5.9.4. Rain: Método 506.5;
- 5.9.5. High Temperature: método 501.5;
- 5.9.6. Low Temperature: Método 502.5;
- 5.9.7. Sand and Dust: Método 510.5;

- 5.9.8. Salt Fog: Método 509.5;
- 5.9.9. Solar Radiation: Método 505.5;
- 5.9.10. Temperature Shock: Método 503.5;

6. CARACTERÍSTICAS ÓPTICAS:

- 6.1. Magnificação ou ampliação de 1X
- 6.2. Compatível com sistema de visão noturna incluindo G IV +, Night Vision Systems ou superior, com mecanismos de controles laterais ou na retaguarda, compatível com magnificadores e monolulares, com altura central da janela com o mínimo de 20 mm (vinte milímetros) e máximo de 45mm (quarenta e cinco milímetros) de altura máxima de visão;
- 6.3. Sistema de mira optrônica com ponto de, no máximo, 2 (dois) MOA sendo permitido círculo complementar para engajamento rápido de 55 (cinquenta e cinco) MOA à 65 (sessenta e cinco) MOA;
- 6.4. Tecnologia de projeção da fonte de luz pode ser reflexa ou holográfica e totalmente livre de paralaxe dentro dos padrões de “paralaxe free” menor a 0,25 mRad a 25 metros;
- 6.5. Ajuste por clique: 0.5 MOA, com tolerância de 10%;
- 6.6. Controle de brilho do retículo;
- 6.7. Deve possuir, no mínimo, 6 (seis) posições de brilho diurno;
- 6.8. Deve possuir, no mínimo, 4 (quatro) posições para uso com visão noturna, permitindo um ajuste de brilho confortável e adaptável a operação em diversos cenários;
- 6.9 Sistema óptico anti-embaçante.

7. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS:

- 7.1. A base do corpo, sistema de montagem e trilho deverão ser construídos em alumínio do tipo aeronáutico, sendo robusto e compatível com trilho “Picatinny” – padrão MIL STD-1913, poderá ter partes de polímero resistente como proteções de lente, botões e outros acessórios;
- 7.2. A liberação deverá ocorrer por alavancas projetadas para o trilho tipo “Picatinny” – padrão MIL STD-1913, sem a necessidade do uso de ferramentas;
- 7.3. A janela deverá ser construída em vidro sólido laminado, com altura de, no mínimo, 20mm (vinte milímetros), resistente ao estilhaçamento e devidamente protegida por cobertura;
- 7.4. Acabamento de todo o conjunto deve ser na cor preta não refletiva;
- 7.5. Alimentado com pilha (s) AAA ou AA, admitindo-se similar de qualidade superior;
- 7.6. Deverá possuir vida útil da bateria superior a 600 (seiscentas) horas na posição de nível de brilho intermediária/diurna, sendo visível a luz externa do dia (em campo aberto) a uma temperatura de 27° C (vinte e sete graus célsius);

8. DOS LOTES

8.1 Os itens estão agrupados em 02 (dois) lotes, a saber:

8.1.1 Lote 1 - Fuzil de assalto calibre 7,62x51mm.

Descrição do item		Descrição detalhada		Quantidade
01	Fuzil de assalto calibre 7,62 x 51 mm com acessórios e conjuntos de reposição	1.	Fuzil de assalto calibre 7,62 x 51 mm	1.706
		2.	Acessórios operacionais de cada unidade	1.706
			Kit de limpeza	
			Manual da arma	
			Bandoleira	
			10 (dez) Carregadores	
			Trilhos, <i>picatinny</i> ou MIL STD 1913, na parte superior (integral) - sistema <i>flat top</i> , inferior e laterais do guarda-mão	
			Mira mecânica Flip-up com tritium	
			Grip frontal	
		3.	Conjunto de reposição imediata do total adquirido	15%
			Peças de reposição	

8.1.2 Lote 2 - Mira Optrônica.

Descrição do item		Descrição detalhada		Quantidade
01	Mira Optrônica e acessórios	1.	Mira Optrônica	1.735
		2.	Acessórios operacionais de cada unidade	1.735
			Kit de limpeza	
			Manual	

9. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Polícia Militar de Minas Gerais, na incessante caminhada rumo à excelência em gestão e inovação, com foco na melhoria contínua de suas capacidades organizacionais, cuja premissa básica e objetivo maior é atender as necessidades e expectativas dos destinatários de seus serviços, vem buscando o aprimoramento de suas ações e a otimização de seus trabalhos.

Dentro desta perspectiva, é fundamental que a um profissional de segurança pública, esposado e ciente de suas responsabilidades perante o público mineiro, seja dado condições de prestar seus serviços com a excelência e probidade que a população confia e espera.

Sem desprezar seu inescusável respeito aos direitos humanos, à participação social e à manutenção qualitativa e quantitativa das capacidades humanas, é razoável afirmar que um policial bem equipado, portando armamentos desenvolvidos com tecnologias inovadoras, contribui para a prestação de serviços cada vez mais qualificados.

É neste sentido que a Polícia Militar de Minas Gerais, por intermédio do Centro de Material Bélico da Diretoria de Apoio Logístico, alicerçada nos objetivos estratégicos da instituição, sobretudo na perspectiva logística e tecnológica, se vê no imperioso compromisso de prover suporte logístico adequado a seu efetivo policial para o fiel e satisfatório cumprimento de sua missão institucional.

É neste fundamento que o presente processo licitatório é construído, e as futuras e eventuais aquisições que dele possam advir se justificam, uma vez que visam suprir as demandas institucionais em todas suas especificidades.

10. JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE (REGISTRO DE PREÇOS INTERNACIONAL)

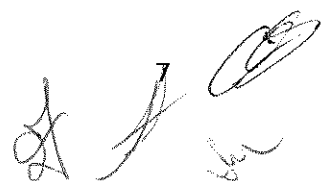
A Segurança Pública, enquanto atividade fim da Polícia Militar de Minas Gerais, realizada com o objetivo de proteger a sociedade, prevenindo e controlando manifestações de criminalidade e de violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei, exige uma série de equipamentos, cuja aplicabilidade seja testada e comprovadamente satisfatória à execução da polícia ostensiva e preservação da ordem pública.

É oportuno afirmar que abrindo a pretensa aquisição ao comércio internacional, abre-se também a possibilidade de participação de várias empresas, cujas tecnologias empregadas em seus produtos atendem à nova e crescente demanda das instituições policiais brasileiras.

Vale destacar que as aquisições de equipamentos importados diretamente pela fabricante, via de regra, não é uma alternativa viável, uma vez que, ao comercializar o produto, as empresas acabam majorando os seus preços, seja em razão da incidência de impostos que recai sobre o produto ao entrar em solo nacional ou em decorrência do lucro visado pela sociedade empresarial.

Em contrapartida, constata-se, neste caso, a necessidade de otimização do emprego dos recursos financeiros, objetivando a aquisição de bens e produtos de qualidade, com um custo menor.

É dentro desta perspectiva de custo-benefício que a adoção da licitação internacional se torna viável, pois permitirá à Administração adquirir um produto de vanguarda diretamente do



fabricante, resultando em uma economia para o erário e a disponibilização de um produto internacionalmente reconhecido.

Por fim, em síntese, ressalta-se que a adoção da licitação internacional trará uma série de vantagens, dentre as quais podem ser citadas:

- possibilidade de aquisição de equipamentos com tecnologia mais avançada;
- redução do custo da aquisição, uma vez que sendo o bem adquirido diretamente do exterior, fica excluída a margem de lucro de empresas importadoras;
- não incidências de impostos que seriam pagos pela empresa importadora, visando a nacionalização do produto.
- A economia trazida aos cofres públicos, em especial para o orçamento da Polícia Militar de Minas Gerais, permitirá a aquisição de mais equipamentos para serem utilizados na Segurança Pública.

11. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

lote	Item	Descrição Sucinta	Classificação do Bem
1	1	Fuzil de Assalto	Comum
2	1	Mira Optrônica	Comum

12. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os serviços de forma independente.

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

13.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão apresentar a seguinte documentação relativa à qualificação técnica:

13.1.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, com indicação do fornecimento, qualidade do atendimento, cumprimento de prazos e demais condições do fornecimento do objeto.

13.1.2 A comprovação prevista no item anterior (13.1.1) deverá ser demonstrada a partir da apresentação de atestados comprovando a capacidade de fornecimento mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) ou mais, das quantidades previstas para cada item licitado.

14. CRITÉRIOS DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

Conforme definido em Edital.

15. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

Será exigido o envio de amostras para os lotes 1 e 2, nas seguintes quantidades:

LOTE 01		
ITEM	ACESSÓRIOS	QUANTIDADE
01 (UM) FUZIL CALIBRE 7.62 X 51MM	CARREGADORES.	33 (TRINTA E TRÊS) CARREGADORES.
	BANDOLEIRAS.	01 (UMA) BANDOLEIRA.
	KIT DE LIMPEZA.	01 (UM) KIT DE LIMPEZA.
	CONJUNTO DE MIRAS MECÂNICAS FLIP-UP COM TRITIUM.	01 (UM) CONJUNTO DE MIRA MECÂNICA.
	GRIP FRONTAL	01 (UM) GRIP FRONTAL

LOTE 02		
ITEM	ACESSÓRIOS	QUANTIDADE
01 (UMA) MIRA OPTRÔNICA	KIT DE LIMPEZA	01 (UM) KIT DE LIMPEZA
	MANUAL	01 (UM) MANUAL

15.1 Da Amostra

15.1.1 Para fins da realização dos testes previstos para cada material, o licitante que, após a fase de lances, estiver provisoriamente classificado em primeiro lugar, deverá, obrigatoriamente, apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias corridos, a contar da expedição de autorização do Exército Brasileiro, quando for o caso, a quantidade de amostras determinadas para cada produto ofertado, para avaliação quanto à qualidade, durabilidade, desempenho e confiabilidade;

15.1.2 As amostras deverão ser entregues no Centro de Material Bélico da PMMG, situado à Avenida Amazonas, nº 6745, bairro Gameleira, Belo Horizonte/MG - CEP 30.510-000, durante o horário de expediente administrativo, sob pena de desclassificação;

15.1.3 Os procedimentos de avaliação técnica das amostras serão no Centro de Material Bélico da PMMG, situado à Avenida Amazonas, nº 6745, bairro Gameleira, Belo Horizonte/MG - CEP 30.510-000;

15.1.4 A entrega das amostras no CMB deverá ser feita mediante recibo, devendo estar devidamente identificadas com o nome da empresa, número do processo na embalagem original de comercialização e rótulo de acordo com a legislação vigente (número do lote, data de fabricação, razão social e endereço do fabricante e importador e nome do responsável

9



técnico), com instruções de uso, advertências, precauções e afins em português brasileiro, sob pena de desclassificação;

15.1.5 As amostras apresentadas pelos licitantes deverão ser de lote comercial, não sendo aceitos produtos produzidos com o único fim de serem apresentados como amostras;

15.1.6 Encerrado o prazo de recebimento da amostra, a Comissão de testes terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para avaliar e emitir o parecer do material;

15.1.7 Será permitido a todos os licitantes acompanharem o procedimento de avaliação das amostras, devendo, para tanto, formalizar o pedido ao Chefe do CMB, durante o prazo de entrega das amostras, através do e-mail cmb-apetrechos@pmmg.mg.gov.br e cmb-manutencao@pmmg.mg.gov.br;

15.1.8 As custas para acompanhamento é de ônus exclusivo dos licitantes interessados. O resultado de cada avaliação será divulgado posteriormente por meio de Ata de Teste, que poderá subsidiar a decisão da CPARM quando do recebimento definitivo;

15.1.9 Caso haja REPROVAÇÃO do produto apresentado como amostra pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar (menor preço), o licitante provisoriamente classificado em segundo lugar será oportunamente convocado para apresentação de amostra do produto ofertado, no mesmo prazo do subitem 14.1.1, e assim sucessivamente, até que seja selecionado produto com amostra aprovada;

15.1.10 Após os testes, a retirada das referidas amostras somente poderá ser realizada em até 90 dias após a realização dos testes. Decorrido este prazo, o Centro de Material Bélico destinará o material para destruição ou outro emprego que atenda aos interesses da Administração Pública;

15.1.11 Considerando a característica dos testes práticos, a retirada das amostras poderá ser inviabilizada. Nesse caso, o CMB não se responsabilizará por quaisquer danos/avarias causadas na amostra em decorrência dos testes;

15.1.12 Os testes práticos serão realizados em ambientes semelhantes aos do emprego operacional ou ambiente de treinamento (estande de tiros), quando não especificado de forma diversa neste Termo de Referência;

15.1.13 Será desclassificado o licitante que tiver amostra rejeitada ou não a entregar no prazo estabelecido;

15.1.14 A entrega das amostras é de inteira responsabilidade do licitante, não podendo a Administração Pública responder por quaisquer extravios ou fatos de terceiros.

15.1.15 Serão aprovadas as amostras que atenderem totalmente às especificações técnicas e características gerais e mandatórias do objeto desta licitação;

15.1.16 enquanto não expirado o prazo de entrega, o licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações nas amostras apresentadas para os testes;

15.1.17 as amostras internacionais, em regime de importação temporária, deverão ocorrer em conformidade ao previsto no artigo 30 do Decreto 10.030/2019 (R-105);

15.1.18 As amostras aprovadas não poderão ser descontadas do total do material adquirido, sendo observado o item 15.1.10 e 15.1.11 quanto a sua destinação;

15.1.19 O direito de interpor recurso e exercitar o contraditório e a ampla defesa frente ao laudo ou parecer que concluir pela desconformidade da amostra ao objeto da licitação será assegurado, devendo ser realizado no momento da fase recursal, conforme previsto em Edital;

15.1.20 Poderão ser agregados à análise, para efeito de orientação técnica, classificação ou desclassificação, indicadores da experiência anterior no uso do produto pelo ÓRGÃO/ENTIDADE, bem como informações junto a outros órgãos públicos ou privados que já tenham usado o produto, além da análise de prospecto ou catálogo do material;

15.1.21 Os Pareceres da área técnica, contendo o resultado da avaliação técnica das amostras, serão divulgados a todos os licitantes no chat do pregão, bem como no quadro de avisos do Portal de Compras.

16. DOS TESTES REALIZADOS NAS AMOSTRAS

16.1 Considerações Gerais para os Testes com o Fuzil de Assalto:

16.1.1 Todos os testes previstos para o Fuzil de Assalto, serão realizados com munição operacional, adotada como padrão na PMMG;

16.1.2 A munição utilizada para os testes deverá ser real de fábrica e dentro do prazo de validade estipulado pelo fabricante, em conformidade com as especificações NATO ou SAAMI e será fornecida pela empresa licitante, na seguinte quantidade e especificação:

- > **Quantidade: 10.500 (dez mil e quinhentas) para a realização de todos os testes;**
- > **Munição operacional, tipo REAL, marca CBC calibre 7,62X51mm NATO BALL – 144gr.**

16.1.3 a Comissão Técnica juntamente com a CPARM conduzirão os testes previstos nestas especificações, serão designados pelo Chefe do CMB/DAL e poderão receber instrução prévia do armeiro do fabricante que entregou a amostra, bem como será franqueada a presença de engenheiros, técnicos e representantes dos demais fabricantes participantes do certame, mediante autorização do Chefe do CMB e devidamente controlado pela Comissão Técnica, desde que não haja comprometimento ou exposição ao risco;

16.1.4 a condução dos testes será exclusiva da Comissão Técnica juntamente com a CPARM.

16.2. DOS CONCEITOS GERAIS PARA APLICAÇÃO DOS TESTES

16.2.1. Para fins de realização dos testes previstos para o Fuzil de Assalto calibre 7,62x51mm considera-se:

16.2.1.1. **falha funcional:** é uma função defeituosa do fuzil de assalto, da munição ou do equipamento suplementar ou acessório;

16.2.1.1.1. são subdivididas em duas classes:

16.2.1.1.1.1. falhas impeditivas - são aquelas que levam à falha total do armamento, as quais somente podem ser sanadas com o auxílio de ferramentas e que, além do mais, afetam diretamente a segurança do policial. Também ocorre quando houver a necessidade de substituição de peça que impeça o funcionamento correto e o manuseio completo da arma;

16.2.1.1.1.2. falhas não impeditivas - são as que causam o mal funcionamento do armamento, mas podem ser sanadas pelo operador sem o auxílio de ferramentas;

16.2.2. paneis ou impedimentos de manuseio e tratamento inadequados pelo policial e as que surgem em decorrência de uma falha da munição não devem ser consideradas na computação da cota de falha;

16.2.3. qualquer falha impeditiva implicará na reprovação do armamento, sendo o teste interrompido e a amostra considerada reprovada nos testes;

16.3. DOS TESTES

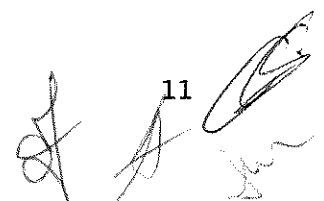
16.3.1. serão realizados os seguintes testes abaixo relacionados:

16.3.1.1. teste de metrologia e características gerais;

16.3.1.2. teste de *cook-off*;

16.3.1.3. teste de tiro;

11



16.3.1.4. teste de precisão;

16.3.1.5. teste de queda.

16.4. DO DETALHAMENTO DOS TESTES

16.4.1. teste de metrologia e características gerais:

16.4.1.1. para o teste presente neste subitem, será utilizada 01 (um) fuzil;

16.4.1.2. todas as características exigidas serão inspecionadas, e além das mensurações e avaliações estatísticas de conferência e controle, complementarmente, serão critérios de reprovação:

16.4.1.2.1. deverá possuir acabamento de primeira linha, ou seja, sem sinais de corrosão, imperfeições, rebarbas e/ou sobras de materiais, que evidenciem falta de qualidade no processo fabril, a fim de evitar ferimentos nos operadores, falhas de funcionamento e de procedimento;

16.4.1.2.2. na manutenção de primeiro escalão (montagem e desmontagem), inclusive de carregadores, deverá ser de fácil realização pelo operador, sem o uso de ferramentas, bem como, sem a possibilidade de montagem equivocada de peças, assim, no caso desta possibilidade afetar a função e a segurança, a arma deve ser reprovada;

16.4.2. Teste de cook-off

16.4.2.1. o teste tem por objetivo determinar a operação segura do fuzil de assalto sem que ocorra a ignição espontânea da carga propelente do cartucho na câmara ou no carregador, ocasionando assim um disparo indesejado;

16.4.2.2. o teste consiste no disparo de 140 (cento e quarenta) tiros em regime automático, sem pausa entre os carregadores, de modo que a temperatura da câmara seja elevada;

16.4.2.3. Imediatamente ao término dos disparos descritos no item anterior, a arma será carregada com apenas um cartucho, de forma que este permaneça na câmara exposto à elevada temperatura obtida pelos 140 (cento e quarenta) disparos realizados em regime automático;

16.4.2.4. para ser aprovada, a arma deverá permanecer por 30 (trinta) minutos carregada sem que haja ignição da carga propelente ou detonação do cartucho, mistura iniciadora ou disparo involuntário;

16.4.2.5. o limite de 140 (cento e quarenta) disparos, é definido como critério mínimo de segurança para a utilização do fuzil de assalto e será utilizado para estabelecer as pausas para resfriamento descritas no subitem 16.4.3;

16.4.3. Teste de tiro:

16.4.3.1. o objetivo do teste de tiro é verificar a segurança funcional em geral e o ciclo de vida exigido das peças do fuzil de assalto, assim como o comportamento geral do armamento durante os tiros com munição em uso na PMMG;

16.4.3.2. durante o teste de tiro serão realizados 10.000 (dez mil) disparos;

16.4.3.3. o teste será dividido em 10 (dez) séries de 1.000 (mil) disparos;

16.4.3.3.1. a cada 140 (cento e quarenta) disparos, a arma será resfriada por 2 (dois) minutos;

16.4.3.4. a razão do regime de disparos de cada série é de 80 (oitenta) tiros em intermitente por 20 (vinte) em automático;

16.4.3.5. a cadência deve ser de dois tiros por segundo em regime intermitente;

16.4.3.6. a cadência em regime automático deve ser a máxima do armamento;

16.4.3.7. os intervalos entre as séries serão de 20 (vinte) minutos para o resfriamento, limpeza e lubrificação do armamento;

- 16.4.3.8. será permitida a limpeza e a lubrificação durante os intervalos entre as séries desde que a desmontagem seja em primeiro escalão (sem a utilização de ferramentas de qualquer tipo mesmo que seja parte integrante do armamento);
- 16.4.3.9. ao término do teste, o fuzil deverá ser desmontado para verificar se houve dano estrutural ou desgaste excessivo em qualquer uma das partes;
- 16.4.3.10. para essa verificação servirão de parâmetros os dados anotados na verificação inicial, conforme subitem 16.4.1;
- 16.4.3.11. será considerada reprovada a arma que apresentar:
- 16.4.3.11.1. qualquer desgaste excessivo, dano estrutural, dilatação ou deformação que altere o funcionamento e/ou comprometa a segurança dos operadores;
- 16.4.3.11.2. desgaste nas peças que impeçam a continuidade dos testes;
- 16.4.3.11.3. incidência de falha impeditiva, aferida conforme a Planilha de Controle de incidentes;
- 16.4.3.11.4. $2\frac{O}{OO}$ (2 ocorrências por milhar) de falhas não impeditivas; aferidas conforme a Planilha de Controle de incidentes;
- 16.4.3.11.5. incidência de *cook-off* entre as séries de disparos;

16.4.4. Teste de precisão

- 16.4.4.1. tem por objetivo determinar o desempenho de precisão do fuzil, por meio dos resultados dos acertos;
- 16.4.4.2. o teste de precisão é realizado à distância de 50 (cinquenta) metros em Estande de Tiro;
- 16.4.4.3. o agrupamento desejado é uma circunferência de diâmetro de 100 (cem) mm;
- 16.4.4.4. o fuzil será fixado, de forma individual, a um suporte padrão - *Ransom Rest®* (*Ransom International Corporation*), **fornecido pelo licitante**;
- 16.4.4.5. com o fuzil fixado ao suporte, será inserido 01 (um) carregador com 10 (dez) cartuchos que serão utilizados para os disparos aferidos;
- 16.4.4.6. será facultado ao licitante a calibração do suporte e armamento com 05 (cinco) cartuchos, uma única vez, antes de iniciado os disparos aferidos;
- 16.4.4.7. o alvo utilizado para referência será o padrão PMMG, sendo a aferição da pontaria realizada por um dispositivo de mira eletro-óptico, na parte central do alvo;
- 16.4.4.7.1. o dispositivo de mira eletro-óptico **será fornecido pelo licitante**;
- 16.4.4.8. Será considerada reprovada a arma que:
- 16.4.4.9. incidir qualquer acerto fora do agrupamento desejado;
- 16.4.4.10. for observada a ocorrência de oscilação pendular do projétil no alvo;
- 16.4.4.10.1. entende-se como oscilação pendular do projétil, a entrada do projétil no alvo de forma diversa da posição frontal, sem estabilidade de voo ou com o não alinhamento do cano com a guia do armamento;
- 16.4.4.11. incidência de falha impeditiva, aferida conforme a Planilha de Controle de incidentes;
- 16.4.4.12. incidência de falha não impeditiva, maior do que a cota de falha permitida, no caso, somente 2 (duas) falhas não impeditivas poderão ocorrer, não sendo computadas as falhas decorrentes de manuseio e tratamento inadequados pelo policial e as que surgem em decorrência de uma falha da munição;

16.4.5. Teste de Queda

16.4.5.1. o teste deve comprovar que o fuzil possui segurança em caso de sofrer uma queda.

16.4.5.2. os testes serão realizados em dispositivo de trilhos guiados a fim de garantir a queda na posição determinada, **uma altura de 1,5 metros** em piso de concreto liso;

16.4.5.3. o teste de segurança na queda é realizado com um carregador municiado com 20 munições de festim e será realizado em toda sua abrangência;

16.4.5.4. entre os testes de queda o fuzil deve ser examinado quanto aos danos e a capacidade de tiro deve ser avaliada. Ao final dos testes, será verificada a capacidade de funcionamento da arma por meio de teste prático, com a realização de 20 (vinte) disparos com o armamento, sendo 10 (dez) disparos no regime intermitente e 10 (dez) disparos no regime automático (rajada);

16.4.5.5. O esquema de queda, em geral, deve observar os seguintes pontos de impacto com a arma:

16.4.5.5.1. 0° - com arma travada e coronha estendida e com arma em “automático” (rajada) com coronha estendida;

16.4.5.5.2. 90° - com a arma travada e com coronha dobrada, arma travada e coronha estendida, arma em “automático” (rajada) e coronha dobrada e arma em “automático” (rajada) e coronha estendida;

16.4.5.5.3. 180° - com arma travada e coronha estendida e com arma em “automático” (rajada) com coronha estendida;

16.4.5.5.4. 270° - com arma travada e coronha estendida e com arma em “automático” (rajada) com coronha estendida;

16.4.5.5.5. Lado esquerdo para baixo - com arma travada e coronha estendida e com arma em “automático” (rajada) com coronha estendida; e

16.4.5.5.6. Lado direito para baixo - com arma travada e coronha estendida e com arma em “automático” (rajada) com coronha estendida.

16.4.5.6. os resultados dos testes de queda e a avaliação decorrente dos referidos testes devem ser documentados. Também deve ser registrado até que ponto o fuzil está apto para tiro após os respectivos testes de queda;

16.4.5.7. Será considerada reprovada a arma que:

16.4.5.7.1. permitir a percussão da espoleta;

16.4.5.7.2. permitir que o carregador desmonte ou libere munição;

16.4.5.7.3. permitir a marcação da espoleta;

16.4.5.7.4. incorrer em falhas funcionais impeditivas.

16.4.5.8. Para efeitos desse teste, não será considerada como falha funcional impeditiva a quebra de componentes da alça e massa de mira, logo, não será objeto de reprovação;

16.5. DA SEQUÊNCIA DE APLICAÇÃO DOS TESTES

16.5.1. Trata-se o presente subitem da sequência prática de aplicação dos testes;

16.5.2. faz-se obrigatório a coleta de todos os dados pertinentes às características do armamento, assim como o preenchimento da planilha do Teste de metrologia e características gerais, como forma de basear o trabalho de verificação do atendimento destas especificações bem como o de análise de desgaste durante o transcorrer dos testes, conforme descrito no subitem 16.4.1;

- 16.5.3. aplicação do teste de *cook-off* conforme previsto no subitem 16.4.2;
- 16.5.4. aplicação dos testes de tiro conforme o previsto no subitem 16.4.3;
- 16.5.4.1. a aplicação do teste de tiro simula o desgaste do armamento durante o seu uso operacional;
- 16.5.6. aplicação do teste de precisão, conforme previsto no subitem 16.4.4;
- 16.5.7. aplicação do teste de queda, conforme previsto no subitem 16.4.5;
- 16.5.8. a análise da amostra submetida ao ensaio de *cook-off* e de tiro, nos termos dos subitens 16.4.2 e 16.4.3, deverão ser comparados com os dados coletados na análise metrológica, subitem 16.4.1, visando a verificação de desgaste excessivo de peças que impeçam o funcionamento seguro do armamento.

16.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS DOS TESTES

- 16.6.1. Quaisquer dúvidas ou omissões sobre a realização e aplicação dos testes serão esclarecidas pela Comissão Técnica do CMB, com base nas normas referenciais;
- 16.6.2. A Comissão Técnica do CMB poderá realizar reteste nas amostras avaliadas, caso haja dúvida plausível e fundamentada a respeito dos métodos ou resultados obtidos.

16.7 Considerações Gerais para os Testes da Mira Optrônica

- 16.7.1 Todos os testes previstos para a Mira Optrônica, serão realizados em conjunto com o Fuzil de Assalto calibre 7,62x51mm;
- 16.7.2 Deverá ser 100% compatível com o armamento utilizado pela PMMG em acoplagem e desempenho.
- 16.7.3 Serão verificados os requisitos exigidos nos itens 5, 6 e 7 deste Termo de Referência.

16.8 Do detalhamento dos testes da Mira Optrônica

- 16.8.1 O objetivo do teste é verificar o comportamento da mira optrônica, montada a um Fuzil de assalto calibre 7,62 x 51 mm NATO, após a uma sequência de disparos;
- 16.8.2 A mira optrônica será acoplada à máxima retaguarda do trio picatinny do Fuzil;
- 16.8.3 Serão realizados 3 (três) séries de 20 (vinte) disparos contínuos com 3 (três) carregadores, em regime de tiro rajada;
- 16.8.4 Após a execução dos disparos, a amostra será desacoplada do Fuzil e submetida a um ensaio de imersão em água por 60 minutos a uma profundidade mínima de 30 cm;
- 16.8.5 Sendo observada a absorção ou presença de água no interior do dispositivo, ou mesmo quaisquer panes de funcionamento, a amostra será reprovada.

17. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 17.1 A empresa estará obrigada a indicar a prestadora de assistência técnica dos itens, em território nacional, de maneira inequívoca, a contar da assinatura do Contrato, bem como garantir a retirada, manutenção e devolução do material no CMB no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de requisição do serviço pelo CMB, sem ônus a Administração, durante a vigência da garantia do produto, conforme descrito no item 26.2;
- 17.2 Após ser devidamente acionado, o fabricante poderá providenciar a correção do defeito do(s) bem(ns) no próprio Centro de Material Bélico, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, através de assistência técnica autorizada ou por técnicos da própria empresa;
- 17.3 Caso seja necessário ou o fabricante opte pela remessa dos bens até a sede da fábrica, este terá o prazo máximo de 20 (vinte) dias para providenciar toda a documentação necessária

junto aos órgãos competentes (nota fiscal avulsa, guia de tráfego, ou equivalente) e a retirada do(s) bem(ns) no CMB, bem como arcar com os custos necessários ao envio e o retorno;

17.4 Em hipótese alguma a PMMG postará, através dos correios, bens destinadas ao fabricante;

17.5 Os bens destinadas ao fabricante deverão ser retiradas na sede do CMB por funcionários devidamente autorizados pelo fabricante ou por sua assistência técnica autorizada;

17.6 No caso de remessa do(s) bem(ns) até a sua sede do fabricante, este deverá providenciar a devolução do(s) bem(ns) devidamente reparada(s) no CMB no prazo máximo de 20 (vinte) dias após a sua retirada;

17.7 Deverá fornecer o endereço, local, responsável(is) técnico(s), com telefones, celulares de contato e correio eletrônico (e-mail), a fim de permitir o imediato acionamento da assistência técnica;

17.8 a empresa deverá manter o fornecimento e reposição de todas as peças que compõe o(s) bem(ns), possibilitando o pleno funcionamento destes, pelo período ininterrupto de, no mínimo, 10 (dez) anos após a descontinuidade da fabricação, sendo desconsideradas, para este efeito, mudança na denominação do produto ou pequenas alterações no modelo básico do bem;

17.9 deverá ser disponibilizada, impressa e/ou digital, a documentação técnica especializada, no idioma português, abrangendo todos os aspectos técnicos, funcionais e operacionais necessários à completa e correta operação e manutenção do bem;

17.10 toda e qualquer constatação feita pelo fabricante, da necessidade de correção técnica de peças ou mecanismos do armamento, que necessite de ajuste ou substituição, denominada "recall", deverá a própria empresa emitir notificação contendo indicação das medidas necessárias para a regularização imediata do problema à Polícia Militar de Minas Gerais, a qual se responsabilizará pela emissão de circular às Unidades onde os bens, objeto deste contrato, foram destinados.

18. DAS EXIGÊNCIAS DOCUMENTAIS PARA OS PRODUTOS

18.1 para verificação dos padrões internacionais de **qualidade técnica do produto**, aplicados no processo fabril da arma que será fornecida, será exigida, **na fase de Entrega das Amostras, a apresentação dos seguintes documentos para os Fuzis de Assalto:**

18.1.1. laudo(s) emitido(s) por banco(s) de prova(s) ou ainda por laboratório(s) independente(s) acreditado(s) internacionalmente, que atestem que o armamento, do mesmo modelo e calibre, cumpre os requisitos das normas NATO (OTAN) AC/225 (LG/3-SG/1) D/14 + DISTR LG/3;

18.1.2. laudo(s) emitido(s) por banco(s) de prova(s) ou ainda por laboratório(s) independente(s) acreditado(s) internacionalmente, que atestem que o armamento, do mesmo modelo e calibre, cumpre os requisitos quanto à vida útil do cano;

18.1.3. para empresa nacional o Relatório Técnico Experimental (RETEX) acompanhado do Resultado de Avaliação Técnica (RAT), emitidos pelo Exército Brasileiro ou Certificação de Conformidade Técnica quanto aos requisitos de desempenho e segurança, emitido por Organismo de Avaliação da Conformidade - OAC, designado pelo Comando do Exército e que seja acreditado na forma estabelecida no art.18 do Anexo I do Decreto 10.030/2019 (Regulamento de Produtos Controlados);

18.1.4. para empresa estrangeira, similar ao Relatório Técnico Experimental (RETEX) supracitado, por meio de documento emitido por banco de prova ou Órgão Oficial do país de origem;

18.1.5. em ambos os casos (empresa nacional ou estrangeira), deverão apresentar a comprovação supra exigida, emitidas há pelo menos 12 (doze) meses antes da data de abertura do certame, do armamento de mesma marca e modelo do objeto licitado.

18.2. Para verificação dos padrões internacionais de **qualidade técnica do produto**, aplicados no processo fabril do acessório que será fornecido, será exigida, **na fase de Entrega das Amostras, a apresentação da seguinte documentação para as Miras Optrônicas:**

18.2.1. Deverá ser apresentado pela empresa, laudo emitido por laboratório independente, contendo testes que comprovem a qualificação conforme norma referenciada (MIL-STD-810 G e MIL-STD 1913).

19. CURSO DE ARMEIRO

19.1 Devido à possibilidade da aquisição de um armamento importado, diferente do fabricado no Brasil, a contratada deverá prover curso de armeiro relativo ao armamento adquirido, para os armeiros integrantes do Centro de Material Bélico. O curso ocorrerá nas dependências do Centro de Material Bélico;

19.2 deverão ser disponibilizadas (15) quinze vagas para o curso de armeiro;

19.3 para o curso de armeiro a contratada deverá fornecer todas as ferramentas necessárias para a perfeita desmontagem do armamento, em caráter definitivo e em quantitativo que torne as ferramentas de uso individual. O curso de armeiro deverá ter carga horária mínima de 8 horas/aula. A contratada deverá fornecer certificação, constando quais serviços o armeiro poderá executar.

20. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

20.1 Prazo de entrega

20.1.1 Para os Fuzis de Assalto, até 120 (cento e vinte) dias corridos, contratados a partir do recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA ou da liberação da autorização para compra pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados – DFPC (EB), o que ocorrer por último;

20.1.2 Para os as Miras Optrônicas, até 90 (sessenta) dias corridos, contratados a partir do recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA;

20.1.3 Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega dos bens, mediante alegação de caso fortuito ou força maior, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo final da entrega e devidamente fundamentada.

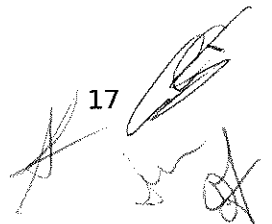
20.2 Do Local e Horário de Entrega:

20.2.1 Os produtos deverão ser entregues no Centro de Material Bélico/Diretoria de Apoio Logístico, localizado na Av. Amazonas, nº 6745, Gameleira, Belo Horizonte/MG, CEP 30.510-000, nos seguintes dias e horários: quartas-feiras, de 09:00 às 12:30 horas; demais dias úteis, de 09:00 às 11:30 horas e de 13:30 às 16:30 horas.

20.3 Condições de recebimento:

20.3.1. Os produtos serão recebidos:

17



20.3.1.1. Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, oportunidade em que se observarão as informações constantes no subitem 19.4;

20.3.1.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório;

20.3.2. O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária;

20.3.3. Os equipamentos deverão ser entregues devidamente embalados de forma a não serem danificados durante a operação de transporte, carga e descarga, assinalando-se na embalagem, marca, destino, número de licença de importação ou documento equivalente, quando for o caso, e as demais características que o identifiquem;

20.3.4. Deverão acompanhar os equipamentos 02 (duas) vias da NOTA FISCAL com as suas especificações detalhadas ou documento equivalente, necessário a conferência do equipamento;

20.3.5. Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados dos certificados de garantia do fabricante ou fornecedor;

20.3.6. Em caso de aquisições realizadas em virtude de convênios ou outras que determinem a medida, a contratada deverá gravar no corpo da arma, a logomarca do órgão/instituição da qual se originou o recurso, seguida do número do convênio celebrado, sem qualquer tipo de ônus para a CONTRATANTE. As características de gravação, bem como sua localização, serão definidos pela contratante no ato de celebração do contrato ou da emissão da nota de empenho;

20.3.7. O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo CMB não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se a Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.

20.4 Do recebimento provisório

20.4.1 o recebimento provisório será realizado na sede Centro de Material Bélico – CMB, em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento do(s) produto(s), ocasião em que a Comissão Permanente de Avaliação e Recebimento de Materiais (CPARM) elaborará o respectivo Termo de Recebimento Provisório depois de atendida as seguintes condições:

20.4.1.1 inspeção visual de **todos os itens dos produtos contratados**, para verificação das quantidades e características descritas no Termo de Referência;

20.4.1.2 todas o(s) produto(s) adquiridos, 100% (cem por cento) das unidades entregues, serão submetidas a inspeção visual, inspeção manual, ensaios de funcionamento e de segurança, nas seguintes condições:

20.4.1.2.1 Para os Fuzis de Assalto, serão realizados 10 (dez) disparos em 100% (cem por cento) das unidades entregues;

20.4.2 constatadas quaisquer irregularidades ou não conformidades, durante as inspeções previstas nos subitens acima, o lote de entrega **não será aceito pela CPARM**, devendo o fabricante, providenciar a substituição integral do referido lote, em até 30 (trinta) dias corridos, **sem prejuízo das penalidades cabíveis previstas em edital**;

20.4.3 não será aceito o lote de entrega que apresentar alterações que divirjam da especificação prevista no Termo de Referência, a título de melhorias ou substituições por parte do fabricante, **sem anuência prévia da CPARM e pela Comissão Técnica do CMB**, diferindo o produto da irrestrita obediência a especificação prevista no Termo de Referência,

cabendo eventuais divergências serem sanadas em até 30 (trinta) dias corridos, **sem prejuízo das penalidades cabíveis previstas em edital;**

20.4.4 a CPARM será composta por, no mínimo, 05 (cinco) membros e, assim como a Comissão Técnica, serão designados pelo Ordenador de Despesas do CMB.

20.5 Do recebimento definitivo

20.5.1 o recebimento definitivo ocorrerá na sede do CMB/DAL em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, desde que atendidas às seguintes condições:

20.5.1.1 entrega técnica será feita por técnicos designados pelo fabricante do produto, na sede do CMB/DAL, para demonstração do manejo de montagem e desmontagem que será acompanhada pelos membros da CPARM e pela Comissão Técnica do CMB;

20.5.1.2 emissão do Relatório de recebimento definitivo pela CPARM atestando as conformidades das análises nominais e balísticas realizadas, em face da não apresentação de elementos de reprovação no âmbito das inspeções visuais, laboratoriais e metrológicas efetuadas;

20.5.1.3 no caso de eventuais inconformidades constatadas ou dúvidas não passíveis de satisfação técnica pela CPARM e Comissão Técnica do CMB, estas poderão utilizar-se, conforme sua conveniência, do suporte de órgão ou empresa de certificação técnica para aferição qualitativa e metrológica do material entregue e em comparação com a presente especificação e laudos eventualmente produzidos vinculados ao produto e apresentados pelo fabricante, nos prazos estabelecidos por tais órgãos, cabendo ao fabricante vencedor arcar com o ônus decorrente desses procedimentos.

20.6 Cronograma físico-financeiro:

Não se aplica.

21 ACEITAÇÃO E REJEIÇÃO

21.1 Os produtos que não satisfizerem aos requisitos especificados nesta norma serão rejeitados.

22 ESTRATÉGIA DE FORNECIMENTO

22.1 A empresa deverá ter condições de atender, por demanda MENSAL, o mínimo de 10% (dez por cento) do quantitativo total estipulado em cada item do Pregão;

22.2 Para o lote 01, a entrega dos bens será em lotes de, no mínimo, **20 (vinte) unidades**, caso a contratada concorde o quantitativo poderá ser eventualmente reduzido.

22.3 Para o lote 02, a entrega dos bens será em lotes de, no mínimo, **20 (vinte) unidades**, caso a contratada concorde o quantitativo poderá ser eventualmente reduzido.

23. DO PAGAMENTO

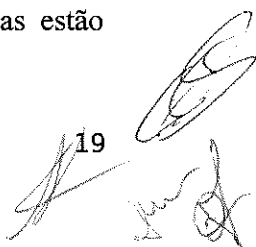
Conforme previsto no Edital.

24. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

24.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da assinatura;

24.2. Por se tratar de uma demanda, futura e eventual, as Dotações Orçamentárias estão condicionadas à definição da origem do crédito orçamentário.

19



25. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA:

25.1 Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº 8.666 de 1993, será designado pela autoridade competente, agente para acompanhar e fiscalizar o contrato, como representante da Administração;

25.2 A fiscalização ficará a cargo do Presidente da Comissão Técnica de Armamento e Munição, que será designado por ato do Ordenador de Despesas do CMB;

25.3 O gerenciamento do contrato ficará a cargo do agente da Administração, designado por ato do Ordenador de Despesas do CMB, quando da celebração contratual.

25.4 Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas;

25.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil;

25.6 O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA;

25.7 Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, que possibilite a aplicação das sanções previstas neste instrumento, deverão ser observadas as disposições do art. 40 (e seguintes) do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012;

25.8 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº 8.666/93;

25.8.1 Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

26. DAS GARANTIAS:

26.1 Garantia financeira da execução:

26.1.1 Não será exigida garantia de execução.

26.2 Garantia do produto/serviço: fabricante, garantia legal ou garantia convencional

26.2.1 deverá ser fornecida garantia técnica ao material e todas suas partes (acessórios e peças de reposição), conforme quadro abaixo:

LOTE 01	
ITEM	PERÍODO MÍNIMO DE GARANTIA
FUZIL DE ASSALTO	5 (CINCO) ANOS
CARREGADORES	5 (CINCO) ANOS
CHIP RFID	10 (DEZ) ANOS
PEÇAS DE REPOSIÇÃO	5 (CINCO) ANOS

LOTE 02

ITEM	PERÍODO MÍNIMO DE GARANTIA
MIRAS OPTRÔNICAS	5 (CINCO) ANOS

26.2.2 os prazos acima descritos serão contados a partir da data de recebimento, de forma definitiva, pela Administração e visam à reposição ou reparação contra defeitos de fabricação, os quais poderão ocorrer de imediato ou ao longo deste período, em decorrência do uso e do desgaste sofrido, salvo se o dano foi causado por imprudência ou negligência do usuário, situação em que o ônus da prova de “mau uso” recairá sobre a empresa, incluindo os custos para emissão de laudos técnicos e demais despesas relacionadas à constatação e comprovação da indevida utilização pela contratante, na seguinte conformidade;

26.2.3 o prazo a que se refere o subitem 26.2.1, ficará suspenso pelo mesmo período em que o(s) produto(s), permanecerem inoperantes em decorrência do serviço de garantia técnica;

26.2.4 despesas relativas à movimentação o(s) produto(s) e demais componentes portadores de defeito de fabricação, dentro do país ou do Brasil para o país de origem e do país de origem para o Brasil, incluindo, mas não se limitando a fretes, tributos, seguros, “handling”, taxas e emolumentos, bem como aquelas referentes ao envio das mesmas peças defeituosas para execução da garantia, durante o período de 5 (cinco) anos, são de responsabilidade exclusiva da empresa;

26.2.5 garantia técnica exigida deverá ser apresentada através de declaração expressa do fabricante contendo claramente as exigências estabelecidas e as condições de sua execução, firmada pelo fabricante ou seu representante legal no Brasil e acompanhada dos respectivos documentos de delegação de poderes, com tradução juramentada no Brasil, notariação e consularização, conforme aplicável;

26.2.6 qualquer produto(s); acessório ou peça de reposição imediata que, submetidos à garantia ou assistência técnica, superarem o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados do seu acionamento para saneamento do problema, deverá substituído novo, de igual qualidade e característica, sem custo para a CONTRATANTE, em até 90 (noventa) dias;

26.2.7 A CONTRATANTE se resguarda no direito de devolver o produto adquirido em qualquer época se este não obtiver comportamento eficiente após a entrega e durante o período de garantia.

27. DA SUBCONTRATAÇÃO:

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

28. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

28.1 Da Contratada:

28.1.1 Fornecer os produtos nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento;

28.1.2 Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao CONTRATANTE para ateste e pagamento;

28.1.3 Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado;

28.1.4 Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os itens em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas;

28.1.5 Assegurar ao CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento;

28.1.6 Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos materiais, responsabilizando-se pelo transporte, acondicionamento e descarregamento dos materiais;

28.1.7 Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;

28.1.8 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência;

28.1.9 Não transferir para o CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Termo de Referência;

28.1.10 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

28.1.11 Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do objeto contratado;

28.1.12 Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.

28.2 Da Contratante:

28.2.1 Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência;

28.2.2 Rejeitar, no todo ou em parte os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA;

28.2.3 Comunicar a CONTRATADA todas as irregularidades observadas durante o recebimento dos itens solicitados;

28.2.4 Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas na entrega dos itens solicitados;

28.2.5 Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

28.2.6 Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas;

28.2.7 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

28.2.8 Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares;

28.2.9 Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;

28.2.10 Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

29. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, ou ainda, o atraso injustificado na execução do objeto, sujeitará a contratada às penalidades previstas no artigo 38 do Decreto Estadual nº 45.902/12, em conformidade com os artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, além da previsão do art. 12, da Lei Estadual nº 14.167/02, c/c o art. 16 do Decreto Estadual nº 44.786/08, a saber:

I – ADVERTÊNCIA ESCRITA, comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento do contrato e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

II – MULTA MORATÓRIA, pelo atraso injustificado na execução do contrato, nos seguintes percentuais:

a) 0,3% (zero vírgula três décimo por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do material entregue com atraso;

b) 20% (dez por cento) sobre o valor do material entregue com atraso, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias;

III – MULTA COMPENSATÓRIA, pela inexecução total ou parcial do contrato, de 20% (vinte por cento) sobre o valor do material não entregue, ou entregue com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor, ou, ainda, fora das especificações contratadas;

IV – SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, nos termos do art. 12, da Lei Estadual nº 14.167/02, c/c o art. 16 do Decreto Estadual nº 44.786/08;

V – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua ação omissiva, e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

§1º As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação dos órgãos de controle, pela autoridade expressamente nomeada no Contrato;

§2º A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, conforme disposto no § 4º, do art. 38, do Decreto estadual nº 45.902/12;

§3º O valor da multa aplicada deverá ser pago pela contratada por meio de emissão de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), providência esta antecedida de Processo Administrativo Punitivo (PAP), com oferta de oportunidade de exercício dos princípios da ampla defesa e do contraditório;

§4º O valor da multa aplicada será corrigido monetariamente por meio da taxa SELIC, a partir da constituição em mora da contratada, após a data de vencimento do DAE. Neste caso, novo DAE com o valor corrigido será emitido para fins de cobrança administrativa;

§5º Caso o pagamento da multa não seja realizado até o vencimento do DAE emitido por ocasião da cobrança administrativa, o valor poderá ser descontado de eventuais pagamentos ainda não efetuados pela contratante em favor da contratada;

§6º O valor da multa poderá, ainda, ser cobrado judicialmente;

§7º Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito;

§8º Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito: epidemias, fenômenos meteorológicos de vulto, atos de inimigo público, guerra, revolução, bloqueios, perturbações civis, ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes;

§9º A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega do bem for devidamente justificado pela contratada e aceito pela

contratante, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas;

§10 A contratada será incluída no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP, após processo administrativo conclusivo pela aplicação da sanção, quando a sua conduta se enquadrar nas situações previstas nos artigos 45 e 46, do Decreto Estadual no 45.902/12;

30. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

LOTE 1 - FUZIL DE ASSALTO		
ITEM	CÓDIGO SIAD	PREÇO DE REFERÊNCIA*
Item 1 – Fuzil de Assalto 7,62x51mm	1844610	R\$ 21.954,255


LOTE 2 - MIRAS OPTRÔNICAS		
ITEM	CÓDIGO SIAD	PREÇO DE REFERÊNCIA*
Item 1 – Mira Optrônica	1844601	R\$ 4.111,55


*Orçamentos fornecidos em Euro ou Dólar dos Estados Unidos e convertidos em para Real brasileiro, para fins de precificação de referência, na cotação de 01/02/2022 do site www.bcb.gov.br/conversao.

31. EQUIPE DE APOIO

- 147.705-8, 3º Sgt QPE Saulo Alves Honorato;
- 147.750-4, Cb QPE Leonardo Gonçalves da Silva.

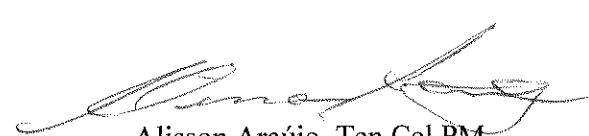
Equipe Técnica:


Marcelo Rodrigues da Silva, 2º Sgt QPE Armt
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ARMAMENTO


Junio César da Silva, 3º Sgt QPE Armt
MEMBRO


Cristiano César da Silva, 3º Sgt QPE Armt
MEMBRO

Aprovação:


Alisson Araújo, Ten Cel PM
ORDENADOR DE DESPESAS DO CMB